

“Menor déficit não indica uma queda da inflação”

por Cláudia Safatle
de Brasília

Economistas e assessores do Ministério da Fazenda estão defendendo a tese de que uma redução do déficit do setor público não carrega, consigo, uma queda dos índices de preços. “Não há a relação causal déficit público versus inflação como insistem alguns críticos do governo”, diz um assessor do ministro Dilson Funaro, recorrendo à série histórica dos dois índices para fundamentar essa tese.

Em 1981, o déficit operacional do setor público (conceito aceito pelo Fundo Monetário Internacional, que mede a necessidade de financiamento do setor público não-financeiro, em termos reais) representava 5,2% do Produto Interno Bruto (PIB). Nesse mesmo ano a inflação, medida pelo Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas (IGP-DI) atingia 95,2%. Em 1982, o déficit subiu para 6,2% do PIB (o Produto que havia tido uma queda de 1,6% em 1981 cresceu

0,9% em 1982) e a inflação manteve-se no mesmo patamar: 99,2%. Em 1983, o governo promoveu uma recessão mais profunda, que causou uma queda de 3,2% no produto, o déficit operacional caiu para 3% do PIB e a inflação explodiu para 211%.

No ano seguinte, 1984, o déficit operacional tornou a cair, pela metade, situando-se em 1,6% do PIB (que cresceu 4,5%) e a taxa de inflação continuou no patamar de 200%. Mais precisamente, 223,8%. Em 1985, assumiu o governo do presidente José Sarney, que voltou a aumentar o déficit operacional para 3,3% do PIB. O PIB recuperou substancialmente, crescendo 8,3% mas mesmo assim a inflação não subiu tanto, ficando em 235,1%. Para este ano, com o Plano Cruzado, o déficit operacional é estimado em 2,5% do PIB, que deve crescer 7% para uma inflação medida pelo IGP da ordem de 40,6% (índice que contabiliza as taxas de preços de janeiro e fevereiro).